



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC**

**PARECER Nº 172/2024 - PROJUR**

*Parecer referente ao recurso administrativo interposto pela empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa SEVEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, no Processo de Licitação nº 190/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 59/2024-PMS. Contratação nº 902292024.*

**1. SÍNTESE DOS FATOS**

O Consulente do Setor de Licitações, através do despacho nº. 19 do Processo Administrativo nº 539/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa SEVEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, no Processo de Licitação nº 190/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 59/2024-PMS. Contratação nº 902292024.

A presente licitação tem por objeto a “contratação de empresa para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, na função de vigilante desarmado, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. Local: Prefeitura Municipal de Schroeder - SC, Rua Marechal Castelo Branco nº 3201, Centro”.

A empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA apresentou recurso requerendo a inabilitação da empresa recorrida e exame da proposta subsequente na ordem de classificação, alegando “irregularidades na documentação contábil apresentada, notadamente pela ausência de demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e notas explicativas apócrifas e sem registro no órgão competente”, requer também “**a realização de diligências para comprovação da legitimidade dos atestados apresentados pela empresa recorrida**”.

Em suas contrarrazões a recorrida pugna pela manutenção da decisão do Agente de Contratações a qual a declarou vencedora do certame.

É o breve relatório.

**2. DO PARECER**

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

A recorrente alega que a recorrida na demonstração de qualificação econômica financeira não apresentou a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e as notas explicativas foram apresentadas apócrifas e sem registro no órgão competente.



## Estado de Santa Catarina **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Dito isto, imperioso analisarmos os itens do edital que solicitam a documentação em relação a qualificação econômica financeira, vejamos:

7.3.2. Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante);

7.3.2.1. Para comprovação da letra "7.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);  
[...]

7.3.4. Os índices financeiros apresentados no balanço patrimonial deverão ser maiores do que 1, exceto o de endividamento que deverá ser menor que 1. Caso os índices não sejam apresentados, ou os valores diferentes do solicitado, o patrimônio líquido deverá corresponder à 10% do valor da contratação.

Da análise dos itens do edital denota-se que foi solicitado as demonstrações contábeis do último exercício social com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da licitante, contudo, para empresas que adotarem o SPED contábil, que é o caso da recorrida, para comprovação deverá apresentar o arquivo que contenha o balanço patrimonial do último exercício transmitido por meio do SPED e o termo de autenticação, o recibo gerado pelo SPED, não fazendo nenhuma menção a necessidade de apresentação de demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e notas explicativas.

Desta forma, não contida no edital tal exigência não pode a recorrida ser inabilitada por não apresentar a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e por apresentar as notas explicativas sem assinatura.

Nesse sentido temos o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 135/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA – DESARMADA E ARMADA. VENCEDORAS AS EMPRESAS SEGPLUS SISTEMAS DE SEGURANÇA EIRELI (LOTES 1, 3 E 4), MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (LOTES 2 E 5) E ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA. (LOTES 6 E 7). IMPETRAÇÃO PROMOVIDA APÓS A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E ASSINATURA DOS CONTRATOS. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AFASTA O INTERESSE PROCESSUAL. PRELIMINAR RECHAÇADA.

"A jurisprudência do STJ tem se esposado do entendimento de que é possível apreciar a legalidade de tais processos administrativos, mesmo que tenha havido o transcurso de fases de julgamento, homologação e até de adjudicação. No caso de licitações públicas, seria possível a impetração, mesmo que tivesse havido o ajuste contratual e, até, a execução da obra ou serviço ou, ainda, o fornecimento do bem. [...] Raciocinar de forma diversa seria excluir fatos administrativos da apreciação judicial, o que não coadunaria com a melhor hermenêutica do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal" (STJ,



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

MS 12.892/DF, rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, j. 26-2-2014).  
MÉRITO. RECURSO ADMINISTRATIVO MANEJADO PELA ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA EM DESFAVOR DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS SEGPLUS E MASTER VIGILÂNCIA NO CERTAME. DESPROVIMENTO. CNPJ DA EMPRESA SEGPLUS, REFERIDO NOS LOTES QUE VENCEU, QUE É O DE SUA MATRIZ, E NÃO O DE SUA FILIAL. CUMPRIMENTO DO ITEM 10.6 DO EDITAL. PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA SEGPLUS. PROXIMIDADE ENTRE OS VALORES SUGERIDOS PELOS TRÊS LICITANTES QUANTO AOS LOTES 1, 3 E 4. INDICATIVO DE QUE NÃO SE TRATA DE PREÇOS INEXEQUÍVEIS. ADEQUAÇÃO DE ASPECTOS SEM ALTERAÇÃO DO VALOR GLOBAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. **FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA CONDIÇÃO DA MASTER COMO "EMPRESA DE GRANDE PORTE" PARA OS FINS LEGAIS. DESNECESSIDADE DE QUE O BALANÇO PATRIMONIAL VENHA ACOMPANHADO DE "NOTAS EXPLICATIVAS"**. VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. (TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5039977-36.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-01-2022).

Ainda,

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO CONSIDERADA INDEVIDA. RECONSIDERAÇÃO ADMINISTRATIVA. PERDA DE OBJETO NO PONTO. **ALEGADA INOBSERVÂNCIA QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA INABILITAÇÃO DE ENTIDADE CONCORRENTE POR INVOCADA IRREGULARIDADE NA PUBLICAÇÃO DE SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM NOTAS EXPLICATIVAS. FALTA DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA A RESPEITO. DESCABIMENTO. ORDEM DENEGADA.** I. Tendo havido, por parte do órgão público licitante, reconsideração quanto a documento exigido, dada a insurgência da parte impetrante, tal matéria prescinde de apreciação na via judicial, pois restou prejudicada por superveniente perda de objeto. II. Não se desnuda factível concluir que a qualificação técnica deixou de ser considerada pelo edital, eis que nele está expressamente referida. III. **"Em não havendo disposição no edital acerca da obrigatoriedade de apresentação de notas exemplificativas a fim de comprovar o balanço patrimonial, a manutenção da impetrante no certame é medida que se impõe, pois 'o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666'** (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542)". (TJSC - Reexame Necessário n. 0300995-26.2015.8.24.0080, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 17.5.2016). (TJSC, Mandado de Segurança n. 0305028-31.2018.8.24.0023, da Capital, rel. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 28-05-2019).

A recorrente alega ainda que **"considerando a unilateralidade dos atestados de capacidade técnica e a ausência de registro no Conselho de Classe competente, o que, inevitavelmente, torna esses documentos demasiadamente frágeis, a realização de diligências para apresentação de cópia do contrato que deu suporte à contratação relacionada nos atestados, endereço atual das contratantes, local em que foram executados os objetos contratados e cópia das notas fiscais dos últimos três meses de prestação de serviços é medida que se impõe"**.



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Vejamos a exigência contida no edital de licitações em relação a apresentação de atestado de capacidade técnica, *in verbis*:

7.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado os serviços de execução semelhante ao objeto da licitação.

7.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Cabe ressaltar, que a recorrida apresentou dois atestados de capacidade técnica, emitidos inclusive, por pessoas jurídicas distintas, sendo que os mesmos atendem ao disposto nos itens nº 7.4.1 e nº 7.4.2 supracitados.

Desta forma, em obediência ao princípio da legalidade, da vinculação ao edital, da economicidade, da celeridade, da igualdade, bem como os demais princípios correlatos sugere-se pela manutenção da decisão do pregoeiro em habilitar a empresa **SEVEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, no presente processo licitatório.

Desta forma, sugere-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa **ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA** e no mérito pelo seu indeferimento.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2024.

**DIEGO AUGUSTO BAYER**

Procurador Municipal  
OAB/SC nº 28.822